



# REM

## MATO GROSSO



*REDD para Pioneiros / Pioneiros REDD*

**PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) MATO GROSSO**

**RELATÓRIO DE AVANÇO SEMESTRAL**

**JULHO 2019 – DEZEMBRO 2019**

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BEA - Batalhão de Emergências Ambientais  
BEIS – British Energy and Industry Strategy  
BPMPA/MT -Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental  
BMZ – Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento  
CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas  
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CEGREM – Comitê Executivo do Programa REM em Mato Grosso  
CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso  
CMCR+/SEMA/MT - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+  
COP – UNCCD Conference of Parties  
CREM MT – Coordenação do Programa REM Mato Grosso  
CSS – Câmara Setorial da Sociobiodiversidade  
DPL – Development Policy Loan  
DGM Global - Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso  
ERB – Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM  
FIP – Fundo de Investimento Florestal  
FMCC – Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso  
GCF - Green Climate Fund  
GCP-REM – Grupo de Coordenação do Programa REM  
GEE – Gases de Efeito Estufa  
GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit  
GREM – Gerência do Programa REM – FUNBIO  
GTPS – Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável  
ICV – Instituto Centro de Vida  
IDH - The Sustainable Trade Initiative  
IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso  
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária- Floresta  
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IOV – Instituto Ouro Verde  
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MOP – Manual Operacional do Projeto  
MPE/MT Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

MT – Mato Grosso  
N.O. – Não Objeção  
ONF- Brasil – Office National de Forêts  
PCI – Estratégia Produzir, Conservar, Incluir  
PDI – Plano de Investimento  
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas  
PICL – Povos Indígenas e Comunidades Locais  
POA – Plano Operativo Anual  
PPCDIF/MT – Plano de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais  
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
REDD – Reduced Emissions from Deforestation and Degradation  
RTRS - Round Table on Responsible Soy  
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento  
SAI - Superintendência de Assuntos Indígenas  
SAF – Sistema Agro-Florestal  
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar  
SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação  
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso  
SEPLAG/MT - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso  
SESP/MT - Secretaria de Estado de Segurança Pública  
SFA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
SGRSA – Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais  
SISFLORA - Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais  
TdR – Termo de Referência  
TNC – The Nature Conservance  
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso  
UPPE/SEMA - Unidade de Programas e Projetos/SEMA –MT  
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

Título do Programa: REDD <i>for Early Movers</i> Mato Grosso	
Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT	
Gerente do Programa (FUNBIO): João Ferraz Fernandes de Mello Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: <a href="mailto:joao.mello@FUNBIO.org.br">joao.mello@FUNBIO.org.br</a>	
Coordenadora do Programa (GCP - REM): Ligia Nara Vendramin E-mail: <a href="mailto:ligiavendramin@sema.mt.gov.br">ligiavendramin@sema.mt.gov.br</a>	
Período de abrangência do relatório:  De 01/07/2019 a 31/12/2019	Data de envio do relatório: 19/02/2020  <b>Versão final:</b>

## 1. Resumo

O presente relatório refere-se ao período de 01.07.2019 a 31.12.2019 quando, após a conclusão das fases iniciais de planejamento, foi apresentada a nova equipe da gerência do FUNBIO para a condução do Programa REM-MT. O período apresentado neste relatório se caracterizou pela consolidação da parceria entre FUNBIO e SEMA MT, com visitas técnicas periódicas *in loco* da nova equipe do FUNBIO, realizadas com o objetivo de alinhar os fluxos e estabelecer uma nova rotina de trabalho. O semestre apresentou uma melhora considerável na execução financeira do programa atingindo uma média mensal de R\$ 1.466.997,59 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos), enquanto o semestre anterior apresentou uma execução mensal média de R\$ 94.567,23 (noventa e quatro mil e quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos). Até a data de corte do presente relatório a execução do Programa REM totalizou R\$ 8.801.985,54 (oito milhões e oitocentos e um mil e novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). Em números gerais houve 838 solicitações de aquisições e serviços, tendo sido atendidas 664, o que representa 79% das solicitações atendidas.

Os principais desafios neste momento de implantação do Programa REM foram atualizar e sistematizar as informações para elaboração dos relatórios pendentes de entrega (ainda não haviam sido entregues ao KfW os relatórios semestrais e o anual); desenvolver soluções de execução para atender as demandas específicas do Programa, tais como mecanismos de pequenos gastos, cartões combustível, manutenção entre outros; definir o 1º PDI do Subprograma Indígena e realizar as oficinas de decisão da governança. A padronização das solicitações e termos de referência ainda são desafios a serem superados para a melhoria da execução do Programa, bem como o planejamento de ações coordenadas com as diferentes subexecutoras. O grande número de subexecutoras e os temas específicos destes parceiros contribuem para a criação de gargalos na execução. Para tal conta-se com a expertise da empresa de Consultoria Internacional para contribuir com as subexecutoras nesta etapa inicial de definição e organização das aquisições e contratações de bens e serviços.

Ainda relacionado ao número de subexecutoras há o desafio da formalização da doação dos bens adquiridos, uma vez que há a restrição legal no Estado de Mato Grosso em relação à distribuição dos bens entre as subexecutoras anteriormente à conclusão do processo de doação. Após a chegada de um grande número de bens e identificada a necessidade de se doar esses bens o FUNBIO foi informado que as doações deveriam ser realizadas diretamente às subexecutoras. Uma vez avaliada a possibilidade legal o FUNBIO irá realizar as adequações em seus sistemas de controle para que, ainda no primeiro semestre de 2020, possa atender a essa demanda de maneira centralizada no Sistema Cérebro 2.0.

De modo a tentar sobrepujar essas algumas dessas dificuldades na execução e garantir um direcionamento mais estratégico foi realizada uma oficina, entre os dias 15 e 17 de outubro, com o objetivo de mapear e registrar as sinergias entre os diferentes documentos que formam o arcabouço legal do REM MT (Estratégia de Repartição de Benefícios, Acordo em Separado, Plano de Investimento etc.) de modo a contribuir na orientação para os resultados esperados por meio do planejamento estratégico das ações.

Dentre os principais resultados alcançados na gestão do programa no período, destaca-se a contratação da empresa GOPA para os serviços de consultoria internacional, apoio na adequação de documentos, aperfeiçoamento nos fluxos de informação relevantes, revisão e apoio na elaboração das especificações e termos de referência em conjunto com a SEMA/MT. Outra ação de destaque foi a realização de oficina para esclarecimento e orientações para a construção do MEL (*Monitoring, Evaluation Learning*), metodologia de acompanhamento e monitoramento de projetos desenvolvida pelo BEIS.

Em relação ao andamento do programa é preciso destacar que o programa REM tem sido um meio para a criação de um ambiente de construção coletiva de solução de problemas entre as diferentes instituições governamentais envolvidas em sua execução. Durante esse período, dentre os inúmeros avanços, destaca-se a construção de uma forma inovadora de atuar no combate ao desmatamento, da modernização da assistência técnica em MT e do amadurecimento do diálogo com os povos indígenas. Esses avanços representam as áreas mais representativas de atuação do estado na execução do programa, em número de beneficiários e recursos. Foi um momento fundamental de aprofundamento das discussões técnicas, construção de planejamento e alinhamento político entre os gestores envolvidos.

Os avanços na execução financeira apresentaram a importância do programa para o atual governo, diante das possibilidades de concretizar os planos estabelecidos. A contratação dos serviços de sensoriamento remoto e emissão de alertas de desmatamentos com a plataforma de monitoramento semanal com revisita diária foi significativa para o aperfeiçoamento dos fluxos e processos para a assertividade e celeridade na rotina do combate do desmatamento e responsabilização de infratores transformando o foco da atuação – antes medidas punitivas para danos já causados – em medidas preventivas se antecipando a possíveis danos ambientais. O efeito da chegada dos bens nas diferentes instituições trouxe além da modernização das atividades rotineiras, motivação às equipes envolvidas no trabalho.

No final do semestre foi aprovado e apresentado ao KfW o segundo PDI que, após a sua aprovação pelos doadores, foi realizado o segundo desembolso no dia 19 de dezembro de 2019, no valor de € 7.999.815,00. O segundo desembolso pelo BEIS está previsto para fevereiro de 2020.

## **2. Contexto institucional no período**

O contexto institucional no âmbito da SEMA se manteve estável e não houve substituições entre os principais gestores. A única exceção foi a saída do Superintendente de Assuntos indígenas da Casa Civil, Soilo Urupe Chue, porém a sua exoneração ocorreu nos últimos dias de dezembro e não impactou no andamento das ações executadas ao longo do período relatado. De modo que não houve significativas alterações no andamento do Programa REM MT. A relação entre a gestão superior e a coordenação do programa está estabelecida com premissas de confiança e transparência entre as partes.

Em relação à SEAF foi um período de alinhamento entre o Secretário da pasta, a coordenação geral do programa e o ponto focal da SEAF na coordenação do Subprograma de Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrendo reuniões frequentes para definição de estratégias para a sua implantação.

Outra Secretaria envolvida no programa, a SEDEC passou por uma reformulação de sua equipe e organograma. Nos planos da Secretaria está a implementação de um Observatório do Desenvolvimento, que permitirá ao Estado reunir diversas informações socioeconômicas e ambientais capazes de melhor orientar a política pública. A Secretaria passa a ter a função de gerar inteligência para as políticas de desenvolvimento, mapeando oportunidades, direcionando incentivos e atraindo investimentos para promover o desenvolvimento regional de forma sustentável.

A EMPAER manteve sua estrutura tal qual existia antes, sem alterações relevantes. A proposta de extinção da empresa não se concretizou e seu presidente continua a apoiar a execução do REM vendo como oportunidade para que a empresa se modernize e aperfeiçoe sua atuação junto ao público alvo. As tratativas entre a presidência da EMPAER e a coordenação do REM, tal qual dos subprogramas nos quais estão inseridos, é bastante transparente compondo uma relação de parceria orientada para a superação de obstáculos e produção de resultados.

À semelhança dos outros subprogramas, as relações entre os principais atores envolvidos no Subprograma de Territórios Indígenas também se consolidaram. Para atuar na coordenação do subprograma a equipe passou a contar com a colaboração de uma gestora governamental da SEPLAG. Sua presença propiciou a continuidade da execução do subprograma, além de ter facilitado a aproximação com o Superintendente da SAI, sua coordenadora e a FEPOIMT. O estreitamento dessas relações permitiu que a coordenação do subprograma, com apoio da coordenação geral e FUNBIO, torne-se menos dependente do apoio técnico direto da GIZ na interlocução na condução do processo participativo inerente ao subprograma. Os debates continuam a acontecer no âmbito da governança do subprograma tratando de temas como plano de investimentos, representatividade e seu regimento interno. O saldo é considerado positivo para o subprograma, porém no cenário estadual a política indígena passa por discussões de representatividade e em dezembro há uma substituição da equipe da SAI - a coordenadora que havia sido exonerada a pedido do superintendente para acolher um novo indicado e o próprio devido às pressões do grupo de indígenas agricultores, como eles mesmos se autodenominam. A coordenação manteve o foco em publicar o edital no início de 2020 conforme decisão da governança e não se envolveu diretamente nas substituições da pasta.

Com a repercussão dos incêndios na Amazônia, em setembro de 2019, a agenda ambiental ganhou maior relevância no governo atual, e grande prioridade foi dada as ações de combate ao desmatamento e aos incêndios, com investimentos significativos do Programa REM disponibilizando viaturas, diárias e outros subsídios para as equipes envolvidas. Destaca-se que no período do segundo semestre de 2019, Mato Grosso participou ativamente em eventos internacionais na área de sustentabilidade.

Em setembro, na *Climate Week* em Nova York, o Estado foi representado pelo seu Governador Mauro Mendes, acompanhado dos Secretários de Estado da Casa Civil Mauro Carvalho, e de Meio Ambiente Mauren Lazzaretti, além da Assessoria Internacional da Casa Civil e do Diretor Executivo da Estratégia PCI e Coordenador Adjunto do Programa REM Fernando Sampaio.

A Estratégia PCI foi apresentada em evento destinado a aproximar atores privados da estratégia jurisdicional em Mato Grosso, no *Nature4Climate hub*. O Governo do Estado também apresentou

seus avanços no encontro de alto nível de 5 anos da *NY Declaration on Forests*, em evento da *Tropical Forest Alliance* e outros eventos paralelos.



Figura 1: Governador de Mato Grosso e Membros da PCI no Nature4Climate hub em Nova Iorque.

Desde o início do atual governo o Governador de Mato Grosso reforça o discurso de combate ao desmatamento ilegal e tolerância zero com a essa prática, e demonstra apoio às iniciativas de seus gestores na implementação das políticas que contra-atacam a questão.

As ações de Mato Grosso também foram apresentadas na *Cumbre Climática de las Americas*, realizada em Rosario, na Argentina no âmbito da coalizão *Under2*.



Figura 2: O Diretor da PCI Fernando Sampaio na *Cumbre Climática de las Américas*.

Na COP25 realizada em Madrid, o estado foi representado pelo seu Vice Governador Otaviano Pivetta, além da Secretária de Estado de Meio Ambiente Mauren Lazzaretti, Secretário Executivo Alex Marega, a Coordenação do REM e a Assessoria Internacional da Casa Civil. Mais uma vez Mato Grosso demonstrou seu compromisso e suas ações no combate ao desmatamento e na busca por desenvolvimento sustentável.



Figura 3: Encontro de governos membros do *Governors Climate and forests Task Force* em Madrid





Figura 4: Secretária de Meio Ambiente Mauren Lazzaretti em Madrid na COP25

O Estado de Mato Grosso e os demais governos estaduais da Amazônia Legal propuseram uma organização, sob forma do Consórcio da Amazônia Legal, para articulação e interação mais estreita junto ao governo federal e parceiros internacionais na construção de alternativas e propostas para desenvolvimento sustentável da região. O consórcio interestadual almeja propor novas políticas relacionadas à valorização dos ativos ambientais em seus estados, incentivos e infraestrutura necessárias aos estados de modo a melhorarem o nível de vida de suas populações em consonância com a conservação ambiental.

### 3. Avanço da implementação do Programa

De um modo geral o segundo semestre de 2019 marca o início da execução financeira do Programa REM MT e início de grandes contratações previstas para o primeiro PDI. Os processos de contratação da plataforma de monitoramento de desmatamento por meio de sensoriamento remoto, a contratação da empresa de Consultoria Internacional e as primeiras entregas dos bens solicitados são bem representados no gráfico abaixo e apresentam o avanço, principalmente, do subprograma de Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas.

Gráfico 1: Gráfico de execução mensal do ano de 2019



Os demais subprogramas também apresentaram desenvolvimento sólido no semestre, principalmente no que se refere a definição das estratégias de execução, com intercâmbios com outros programas para desenvolvimento de fluxos para elaboração de chamadas, que contou com a presença de técnicos de dois subprogramas (Agricultura Familiar e Territórios Indígenas) além da presença da FUNBIO e da GIZ.

A estratégia PCI também avançou em seu processo de institucionalização. Assim como a aprovação por parte do KfW na nova proposta de execução do Subprograma de Inovação e Mercados, focado principalmente em contrato de apoio e que aponta para o direcionamento de recursos e ações aos projetos a serem desenvolvidos junto ao público alvo.

### 3.1 Estratégia PCI

A Estratégia PCI registrou avanços em seu processo de institucionalização, previsto no Decreto 46 de 27 de fevereiro de 2019. Além da constituição de seu Estatuto e Ata de Fundação do Instituto PCI, foi definida a governança, com formação de um Conselho de Administração e Comitês de Investimento e de Monitoramento.

A partir dos trabalhos desenvolvidos nestas instâncias, foi elaborado um Plano de Ação que foi aprovado pelo Instituto e apresentado a membros do Governo e do Comitê da Estratégia Estadual em dezembro de 2019.

Além da própria estruturação do Instituto, estão incluídos no Plano de Ação da PCI:

- Geração de pipeline e modelos investimentos para Mato Grosso com base nas metas cadeias produtivas e iniciativas ligadas à PCI;
- Mapeamento de possíveis doadores e financiadores por tipo de recurso e para cada modelo de investimento priorizado, definindo a abordagem de captação, incluindo o desenvolvimento de instrumentos (fundos específicos)
- Realização de rodadas de divulgação e engajamento (*road-show*) do pipeline e dos modelos de investimento, considerando os públicos prioritários para cada um;
- Aceleração da agenda de REDD+ no âmbito dos governos estadual e federal;
- Identificação das ações de engajamento em andamento, seja pela própria PCI ou pelas instituições associadas (Ex: IDH, EDF, EII, IPAM, Amaggi),
- Mensuração dos investimentos associados à PCI

No âmbito do monitoramento, o Balanço de Metas da PCI foi atualizado e lançado durante a COP25 em Madrid. Um novo processo de atualização será realizado em 2020, incluindo a definição de novas ações prioritárias e a formação de uma rede de inteligência territorial conectada à PCI.



Figura 5: Balanço de Metas da PCI apresentado em Madrid

Embora o Plano tenha sido apresentado em dezembro, o Instituto PCI continua com seu trabalho de articulação com investidores e setor privado para engajamento em Mato Grosso. Destacam-se aí o trabalho feito com o Tropical Forest Alliance durante a *NY Climate Week*, a iniciativa *Forest Champions do Earth Innovation Institute*, a inserção de Mato Grosso na iniciativa *Commodities Jurisdiction Approach*, e o engajamento de empresas como Cofco, McDonalds, Barry Callebaut, JBS, Denofa, Shell, Total, instituições como *Soft Commodities Forum* e RTRS, e o diálogo com investidores como Althelia, Emergent, Andgreen, Agri3, Banco Mundial, AFD e outros.

Em dezembro, em parceria com SEMA, EDF e ICV, a PCI realizou encontro sobre oportunidades em REDD visando acelerar as discussões e mapear os desafios do estado para inserção no mercado.

### 3.2 Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais

O subprograma tem a previsão de execução tanto por meio da execução direta, por meio de aquisições e serviços para a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - EMPAER quanto na execução indireta e integrada, por meio das chamadas de projetos e contratos de apoio a instituições que atuam diretamente na ponta, ou seja, junto ao público alvo.

A execução direta pelo FUNBIO de consolidação da EMPAER está focada na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em 33 municípios, o que consiste na maior equipe técnica executora do Subprograma com aproximadamente 50 extensionistas. Tal fato é bastante salutar no quanto as contribuições técnicas para a execução do subprograma por um lado. Mas também traz um enorme desafio dada complexidade e diversidade de opiniões que demandam uma dedicação de tempo considerável. Diante deste quadro foi preciso a construção de processo participativo junto a empresa para definir uma proposta de atuação e para modernização da ATER em MT. Tais esforços foram compreendidos ao longo dos meses de junho a outubro e detalhou todas as etapas e metodologias para o atendimento de 3.350 famílias em longo de 2020.

A nova concepção traz uma mudança de paradigma na atuação dos técnicos da EMPAER que, até então, focavam sua atuação “da porteira para dentro”, ou seja, observando somente nos processos produtivos da propriedade. Nesta nova proposta de trabalho observa-se também o contexto da

propriedade e da produção, ou no jargão dos técnicos “da porteira para fora”, quer dizer apoiando também a comercialização dos produtos e pensando a cadeia produtiva em todos os seus elos.

Considerando as mudanças de análises necessárias a essa nova forma de atuação foi identificada a necessidade de se realizar uma pesquisa junto aos extensionistas sobre aspectos motivacionais e habilidades pessoais, tais como capacidade de liderança, articulação etc., com finalidade de promover uma maior interação entre os atores envolvidos e compor uma rede sociotécnica de apoio nas regiões de atuação do subprograma. Foi destacado um psicólogo da Empresa responsável por aplicar e avaliar os testes que foram realizados durante as oficinas de capacitação realizadas com os extensionistas.

O SAGAE será a principal ferramenta de gestão de informações das pequenas propriedades atendidas pela EMPAER na proposta de modernização da ATER em MT. Os investimentos no sistema SAGAE abrirão um canal permanente de comunicação entre agricultores e técnicos. As melhorias debatidas para o sistema atual para atender esse objetivo está em processo de contratação de profissionais especializados para apoiar a EMPAER nas adequações necessárias para operação no novo formato. Fichas padronizadas de acompanhamento das atividades da pecuária leiteira e fruticultura foram desenvolvidas conjuntamente e por elas será possível a coleta de informações dos atendimentos realizados, além da geração dos indicadores propostos para o Subprograma.

### 3.2.1 Capacitações Iniciais REM - EMPAER

Entre novembro e início de dezembro a equipe do subprograma, junto aos gestores da EMPAER, deram início na execução das atividades de capacitação inicial no Programa REM MT para os extensionistas rurais. Os eventos foram realizados de forma regionalizada, nas cidades de Cuiabá entre 30 a 01 de novembro, Colíder entre 05 a 07 de novembro e Juína entre 03 a 06 de dezembro, todas contaram com a presença da equipe do FUNBIO sendo que nas duas primeiras por meio de teleconferência e a última presencialmente. Com a previsão para começar as ações ainda em 2019, os técnicos ficaram bastante animados com as novas perspectivas de trabalho, destacando principalmente as possibilidades de técnicos de outras regiões serem destacados especialmente para trabalharem em apoio aos



Figura 6: Capacitações sobre o Programa REM e Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais em Colíder e Cuiabá.

Em novembro os técnicos da EMPAER e algumas lideranças de comunidades tradicionais participaram de uma capacitação realizada pela EMBRAPA, em Sinop, sobre sistemas agroflorestais, com o objetivo de apresentar essa metodologia aos técnicos e, assim, atuarem alinhados a essa nova perspectiva metodológica. Também foi realizada a Capacitação de profissionais da ATER em SAF's, sistemas de ILPF e recuperação de pastagens degradadas em sete estados da região amazônica. Por meio da parceria celebrada entre a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), SEAF-MT, Universidade Estadual de Mato Grosso, EMPAER-MT, Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA-MT MAPA), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), São Vicente, Instituto Ouro Verde (IOV), Office National de Forêts – Brasil (ONF-Brasil) entre outras instituições e autarquias foi realizado um evento com o debate bastante profícuo para a construção de soluções baseadas nas metodologias apresentadas.

De uma maneira combinada entre o aperfeiçoamento técnico e a sua comunicação com os parceiros envolvidos, a equipe do subprograma busca se manter atualizada quanto às novas metodologias e processos produtivos empregados em iniciativas similares para aperfeiçoar a proposta do REM MT. A equipe procura estar presente em reuniões onde são apresentadas e debatidas as oportunidades para seu público alvo, ampliando a rede de contatos do grupo de coordenação e preparando as organizações para participar dos editais do REM.

### **3.2.2 Preparação da 1ª Chamada de Projetos do Subprograma Agricultura Familiar (Chamada 03/2020)**

Com a previsão do lançamento dos editais para o final do segundo semestre de 2019 foram realizados dois intercâmbios técnicos, um primeiro com a equipe do Projeto DGMFIP, com a participação da GIZ e do FUNBIO e outro junto ao projeto CAR BAHIA.

O Programa DGM Global (*Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities*) é uma iniciativa estabelecida no âmbito do FIP/Fundo de Investimento Florestal, com a finalidade de conceder subsídios destinados a melhorar a capacidade dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL). O Programa visa fortalecer a discussão sobre a redução do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) em nível local, nacional e global e está presente em quatorze países do mundo: Brasil, Burkina Faso, Congo, Costa do Marfim, Equador, Gana, Guatemala, Indonésia, Laos, México, Moçambique, Nepal, Peru e República Democrática do Congo.

O Projeto DGM FIP Brasil faz parte do Programa DGM Global e é um fundo de apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro. Este fundo, que terá a duração de 5 anos, apoiará projetos que evitem o desmatamento e a degradação do cerrado, promovendo a proteção e conservação dos recursos naturais (especialmente florestais) e a inclusão social. Através destes projetos, serão promovidas também ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O intercâmbio ocorreu entre os dias 21 e 23 de agosto de 2019, na sede do Centro Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), em Montes Claros e contou com a presença de Soilo Urupe Chue (Casa Civil); Valdemisom Ariabo (FEPOIMT); Renata Costa e Taiguara Alencar (GIZ), Leonardo Vivaldini (Secretaria de Estado de Agricultura Familiar); Álvaro Carrara e Claudia Calorio (CAA/NM) e João Ferraz Fernandes de Mello (FUNBIO).

Após a realização da oficina de governança do Subprograma de Territórios Indígenas, entre os dias 1 e 3 de agosto em Cuiabá, foi observado pela equipe da GIZ, da SEMA/MT e do FUNBIO que, para a execução deste subprograma específico e, em função de muitas Terras Indígenas estarem localizadas em áreas remotas, haveria entraves na execução dos recursos que precisariam ser sobrepujados e, assim, seria exigido dos parceiros a construção de alternativas para a formalização de formas contratação, dentro das regras pactuadas nos Manuais Operacionais do Programa (MOP), de Compras e Contratações do FUNBIO e pactuadas com o KfW, mas que atendessem o grau de informalidade inerente a essas áreas mais isoladas a serem apoiadas pelo Programa REM MT.

Deste modo, a GIZ sugeriu a realização de um intercâmbio junto a equipe do CAA/NM agência executora nacional do DGM/FIP, um programa estabelecido no âmbito do FIB/Fundo de Investimento Florestal, que tem como objetivo conceder subsídios para melhorar a capacidade de Povos Indígenas e Comunidades Locais em diversos países e, no Brasil, no bioma do Cerrado. Assim, o intercâmbio realizado teve como objetivo principal conhecer as metodologias de execução de projetos do CAA/NM de modo que auxiliasse a equipe da GCP REM na construção de soluções para o subprograma de Territórios Indígenas.

No primeiro dia de intercâmbio foi realizada apresentação do Programa REM Mato Grosso para o comitê de governança do DGM/FIP, contextualizando e apresentando o programa desde seu desenho inicial, passando por seus subprogramas até as formas de execução pactuadas finalizando com a apresentação institucional do FUNBIO.

No segundo dia foi realizada uma reunião específica com os representantes da GIZ, SEMA/MT, Casa Civil, FEPOIMT, FUNBIO e CAA/NM para tratar sobre as formas de execução, metodologias de gerenciamento de projetos, prestação de contas e regras de execução.

Inicialmente foi observado que as formas de execução do programa REM Mato Grosso e DGM/FIP são bastante similares, uma vez que ambos os programas contam com a execução direta de um gestor operacional, o FUNBIO no caso do REM Mato Grosso e o CAA/NM no caso do DGM/FIP/Brasil. Ambas as instituições têm manuais de compras e contratações, com regras claras sobre orçamentos, cotações, modalidades de execução direta em função do escopo do serviço a ser contrato, bem como regras bastante rígidas de seus principais doadores.

Embora também haja chamada para execução de projetos é importante ressaltar que, diferente do que ocorre com as chamadas realizadas pelo FUNBIO, nos projetos executados pelo CAA/NM não há a modalidade desembolso. Ou seja, não há repasse de recursos para as instituições parceiras executoras de projetos. O CAA/NM realiza chamadas de projetos, mas quem é responsável pelas compras e contratações dos projetos selecionados é o próprio CAA/NM. Como alternativa para pequenos gastos das instituições de ponta, o DGM desenvolveu um modelo de cartão pré-pago, semelhante a cartões utilizados pelo FUNBIO em outros projetos, onde é disponibilizado pelo CAA/NM 10% do valor do projeto para recarga deste cartão.

A equipe do CAA/NM, no entanto, informou que mesmo esses recursos devem ter suas prestações de contas realizadas com os documentos fiscais necessários e que, toda e qualquer, contratação direta deve vir acompanhada de uma justificativa assinada pela comunidade de que aquela pessoa contratada era a única capaz de ofertar determinado serviço. Foi dado como exemplo o

fornecimento de comida em um evento dentro de uma Terra Indígena. Uma vez que seria necessário fornecer alimentação para todos os presentes, seria inviável conseguir três orçamentos dentro da própria aldeia, então os representantes daquele povo assinam uma carta que informa que somente aquela pessoa seria capaz de atender a essa demanda específica.

Isso auxiliou a equipe do REM Mato Grosso com o primeiro gargalo identificado na reunião de governança, porém ainda resta a dificuldade de se arrumar os documentos fiscais legais para a prestação de contas do projeto. Foi explicado então que, a coletividade que assinou a carta, se mobiliza e contribui de maneira que a pessoa que prestou o serviço possa ir até a prefeitura do município e emita uma Nota Fiscal para comprovação da execução daquele serviço.

Outro tema debatido foi sobre a chamada de projetos e os fluxos para a sua realização. Foi identificado pelos presentes que, assim como no Subprograma de Territórios Indígenas, as instituições executoras na ponta padecem de um corpo técnico capaz de atender de maneira satisfatória os critérios de seleção de projetos utilizados pelos principais financiadores.

Deste modo a chamada inicial recebe apenas o que foi de chamado de “pré-projetos”. Esses pré-projetos são encaminhados para o comitê de governança do DGM/FIP que avalia e aprova os projetos. Após essa seleção são realizadas visitas aos proponentes e oficinas para a construção dos projetos que serão executados. Ao observar o MOP do REM Mato Grosso e as demais chamadas realizadas pelo FUNBIO foi observado que, assim como o CAA/NM, na chamada também recebemos apenas as propostas de projetos, ou pré-projetos, e que os projetos de fato são recebidos após o envio das cartas convites.

Ao contrário do CAA/NM, a previsão no MOP REM Mato Grosso é que, ao invés de ir para a governança do programa, esses projetos sejam submetidos a análise de uma Comissão Técnica, além de passar pela análise de documentos formais das instituições pelo FUNBIO que, também, aplica seu formulário de Avaliação Institucional. Essa ferramenta foi desenvolvida de modo avaliar o grau de maturidade da instituição que receberá os recursos além de orientá-las nas boas práticas em gestão de projetos

De um modo geral pode se afirmar que o intercâmbio foi uma experiência bastante profícua para o amadurecimento nas formas de execução do Subprograma de Territórios Indígenas e de Agricultura Familiar dado grau de informalidade das instituições e que precisará ser enfrentado para executá-los. Outro aspecto relevante foi a percepção de os desafios mapeados na reunião de governança do subprograma de Territórios Indígena são muito similares aos enfrentados pelo CAA/NM e que a exigência de documentos oficiais e fiscais são inerentes a execução de projetos com recursos de terceiros.

Uma diferença significativa identificada são os valores dos projetos selecionados pelo CAA/NM e o fato que a instituição não realizar repasse de recurso para essas instituições o que, em certa medida, invalida a ideia de disponibilizar 10% dos valores dos recursos por meio de cartão. Porém, a proposta de selecionar instituições aglutinadoras, prevista no MOP REM Mato Grosso, pode auxiliar a contornar certos aspectos formais que impedem o apoio direto do FUNBIO e do REM Mato Grosso.

A visita realizada entre a chamada de projetos e o recebimento destes, caracterizada pela visita de validação presente no fluxo apresentado pelo CAA/NM derivou na proposta de realização de “campanhas de divulgação das chamadas” que consistiria em realização de oficinas de divulgação e apresentação das linhas de ação a serem apoiadas nas chamadas de projetos, em municípios mais distantes como apresentada na figura abaixo.

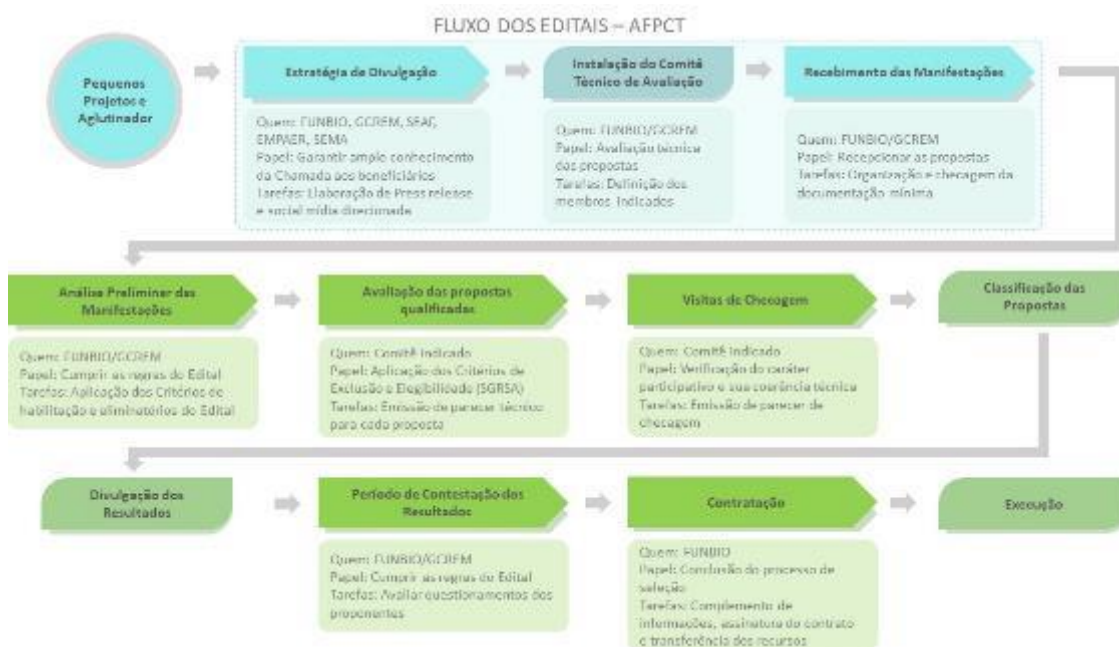


Figura 7: Fluxos dos Editais de Chamadas para Pequenos Projetos e Instituições Aglutinadoras

A construção do Edital passou a ser prioridade na equipe de coordenação do subprograma, com a realização de reunião com o FUNBIO e a SEAF.

A coordenação do subprograma junto a PCI articulou uma reunião com o Fundo Althelia com o objetivo de avaliar potenciais iniciativas no estado com bons planos de negócio e que tenham condições de receber investimentos de impacto. Na oportunidade foi falado sobre o lançamento de um novo fundo para investir na conservação da biodiversidade na Amazônia Legal, e da baixa capacidade das iniciativas existentes hoje no estado em conseguir acesso a esses recursos. Deste modo as chamadas de projetos do Programa REM MT se apresentam como uma possibilidade de estruturação dessas organizações para se fortalecerem institucionalmente e acessar esses recursos.

### 3.2.3 Reuniões com Instituições Financeiras

Conscientes das permanentes dificuldades dos pequenos e médios proprietários rurais em obter créditos financeiros para a implementação das recomendações da assistência técnica os subprogramas da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais e Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis junto com os gestores da EMPAER promoveram uma reunião com a Coordenação Geral do Banco do Brasil em Cuiabá, a fim de alinhar informações para prepará-lo para tal demanda. O objetivo é que instituições como Banco do Brasil, SICREDI e Desenvolve MT passem a atuar mais com o PRONAF, facilitando para o subprograma o desenvolvimento da assistência técnica e na regularização ambiental.





Figura 8: Reunião entre as equipes da SEAF, EMPAER, SEDEC, PCI e Banco do Brasil.

### 3.3 Subprograma de Territórios Indígenas

Ao longo do segundo semestre de 2019, foi perceptível o amadurecimento da governança do subprograma. Na equipe de coordenação recebemos a servidora da SEPLAG, Edna Sampaio, que passou a atuar como Coordenadora do Subprograma, estreitando assim as relações com os membros da Federação das Organizações e dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e da governança. Em setembro, durante a reunião do Conselho Gestor de REDD+ foi deliberado sobre a estrutura da Comissão de Governança, instituindo como membros um representante de cada regional da FEPOIMT, um representante da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, um da Coordenação Geral do Programa, um da Coordenação do Subprograma, uma pessoa do FUNBIO, um membro da GIZ, um membro da FUNAI, um membro da diretoria da FEPOIMT, tendo todos suplentes. Ficou instituído também que somente os representantes das regionais e da FEPOIMT deliberam, os demais apoiam a tomada de decisão.

A partir desta definição foram realizadas três reuniões da governança onde foram definidas as ações prioritárias a serem atendidas com os recursos do Subprograma, aprovação do primeiro PDI (incluindo os percentuais do recurso para cada ação), além das formas de execução dos recursos (execução direta e indireta). Foi também discutido e aprovado o segundo PDI. Para os recursos dos dois desembolsos foram definidos os comitês de elaboração dos editais.

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

Em novembro em nova reunião do Conselho Gestor de REDD+, outro passo muito interessante da governança foi deliberar sobre a inclusão de uma representante mulher, com sua suplente, para compor com a comissão como votante.



Figura 9: Primeira e terceira respectivamente reunião de Governança do Subprograma Territórios Indígenas de MT

Destaca-se que em ambos planos de investimentos a governança deliberou sobre destinar 30% dos recursos reservados para projetos da FEPOIMT.

No primeiro projeto apresentado pela FEPOIMT, o Instituto Centro Vida (ICV) é o parceiro contratado para a execução do projeto de apoio a consolidação da FEPOIMT. Sua proposta inclui ações de apoio para preparar as organizações para os editais, além de apoiar a execução de duas assembleias gerais da FEPOIMT. A coordenação do subprograma e a coordenação geral apoiou a construção do projeto da FEPOIMT junto ao ICV e em 13 de setembro de 2019, tornou-se o primeiro projeto de apoio a ser realizado pelo REM MT que recebeu a N.O do KfW, sendo o contrato assinado em 03 de outubro de 2019. Após a assinatura do contrato foi realizada no final de outubro a oficina de capacitação do ICV no MOP e sistema Cérebro 2.0 para início efetivo da execução do projeto.

A primeira assembleia geral com recursos do REM, por meio da FEPOIMT aconteceu em outubro de 2019 e foi importante para que a diretoria da prestasse contas e explicasse sobre o funcionamento da governança. Em meio a alguns questionamentos ficou perceptível a necessidade de investir na comunicação entre os representantes da governança e as lideranças das aldeias. É preciso fazer fluir a informação para que a governança continue a trabalhar mantendo sua representatividade. Este tema está pautado para a primeira reunião de 2020, uma vez que não foi possível ainda em 2019.

Durante a mesma assembleia, o ICV como coordenador do projeto do GCF e em parceria com a GIZ, organizaram uma oficina com o objetivo de realizar a primeira etapa do diagnóstico das organizações indígenas, com apoio da empresa Tucumã - Consultoria Socioambiental LTDA. O diagnóstico focou em diferentes aspectos, considerados fulcrais para o encaminhamento do subprograma tais como a situação fundiária, demografia, associações existentes e situação administrativa, projetos em andamento e existência de Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs). A demanda por essas informações havia partido da Governança com a finalidade de discutir o PDI, porém na organização do evento não houve articulação com a coordenação geral ou do subprograma. Desse modo, a participação da coordenação do programa durante a assembleia geral foi focada em responder aos questionamentos sobre as reuniões de

governança e os prazos para lançamento dos editais e esclarecer uma demanda específica da comissão de governança em relação às prioridades e percentuais da ERB.

Ao final do ano, a governança delibera sobre os dois primeiros PDI's e sobre os comitês para a construção dos editais, que devem ser concretizados até fevereiro. As expectativas para o ano de 2020 são bastantes positivas, principalmente com a perspectiva de lançamento dos editais.



Figura 10: Quarta Assembleia Geral da FEPOIMT, na Terra Indígena Portal do Encantado, povo Chiquitano, Porto Esperidião - MT.

### **3.4 Subprograma de Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis**

Direcionado para atender as demandas dos produtores de até médio porte das cadeias produtivas mais expressivas financeiramente em MT - soja, carne e madeira, o subprograma ao longo do segundo semestre de 2019 passou por reestruturação. Diante do contínuo alinhamento com as organizações representantes do público-alvo e com a subexecutora do Subprograma, a EMPAER, optou-se em restringir a atuação da ATER apenas para a cadeia da carne e redirecionar cerca de R\$4.6 milhões à chamada de projetos e contratos de apoio. Tal decisão exigiu um novo alinhamento com o FUNBIO e a Não Objeção na alteração do POA pelo KfW. Todo esse esforço consumiu um tempo mais alongado do que o esperado inicialmente afetando o cronograma inicial. De todo modo, com o novo foco na publicação de editais e a realização de contratos de apoio espera-se que o impacto no cronograma inicial seja minimizado.

Destaca-se que o engajamento da EMPAER na coordenação do subprograma por meio coordenadora do subprograma foi bastante salutar permitindo aprofundar e contribuir com os debates necessários junto a coordenação geral além de contribuir com a operacionalização a execução direta programada.

Desse modo, nesse período foi possível realizar capacitações dos técnicos da EMPAER envolvidos na cadeia da carne sobre o programa REM MT na região noroeste do estado. Essa etapa foi percebida

pela coordenação como uma boa oportunidade para aproximar os colegas do campo aos propósitos do programa e com isso alinhar os objetivos à execução do subprograma.



Figura 11: Capacitação sobre o Programa REM MT para técnicos da EMPAER da região noroeste de Mato Grosso.

Objetivando garantir condições para que os proprietários possam implementar as orientações da ATER, o subprograma, junto a subprograma de Agricultura Familiar também se envolveu em articulações para o crédito financeiro com instituições como Banco do Brasil, Sicredi e Desenvolve MT que demonstraram interesse em atuar junto ao PRONAF, o que contribuirá com o REM que já atua na assistência técnica e na regularização ambiental.

Sinergias com outras entidades e iniciativas estão sendo mapeadas e a Coordenação do Programa, junto com a EMPAER já realizou conversas com organizações como Embrapa, TNC, IPAM, Agroicone e GTPS buscando ferramentas, materiais, e outros produtos e inovações já desenvolvidos em outros projetos de pecuária para serem utilizados pelo REM.

O IMAC, parceiro na implementação do Programa, negociou no final de 2019 um acordo com o Ministério Público Federal com o objetivo de apoiar principalmente pequenos pecuaristas em processos de regularização ambiental para acesso a mercados. O Acordo abre uma porta de saída para os produtores bloqueados pelas condições dos Termos de Ajuste de Conduta dos frigoríficos, para que os mesmos possam buscar a regularização e serem re-inseridos na cadeia de comercialização.

O subprograma estuda estratégias para apoiar este processo junto aos produtores, mas também junto ao IMAC para monitoramento destes compromissos. Junto com o IMAC também será investido no sistema de controle da garantia de origem da carne mato grossense, e no diagnóstico territorial dos problemas ambientais, sanitários e de qualidade para que esta informação abasteça a ATER pública.

Ao mesmo tempo, em sinergia com o projeto PAGE, pretende-se definir as melhores estratégias para deixar a cadeia pecuária mais sustentável, apoiando clusters, ou regiões no entorno do parque industrial para regularização e intensificação.



Figura 12: PCI e REM são apresentados no Sustainable Beef Summit, na sede do McDonalds em São Paulo

Sobre a cadeia da soja o esperado é o lançamento da Chamada de Projetos com o objetivo de disponibilizar recursos para pesquisas em inovações da forma de produzir, bem como projeto de estímulo à certificação das origens dos produtos.

O incentivo às certificações está diretamente conectado a fomentar o acesso de produtos de MT a mercados que exigem condições de produção sustentável, nesse sentido, muito alinhado ao trabalho desenvolvido pela Estratégia PCI.

Em alinhamento às tratativas conduzidas pela PCI no trabalho de engajamento junto ao setor privado o subprograma visa conectar também empresas com compromissos de sustentabilidade às ações e iniciativas em curso em Mato Grosso. Diversas empresas no setor da carne demonstraram o interesse em fomentar a pecuária sustentável no Estado de Mato Grosso. De modo que já há atualmente investimentos em curso no Noroeste do Estado com empresas como Carrefour e Marfrig. Tais investimentos apresentam grande potencial de criação de mercado para os beneficiários deste subprograma. Em outras regiões do Estado empresas como McDonalds e JBS também estão buscando iniciativas similares a Liga do Araguaia com foco de pecuária sustentável. Todas essas conexões são avaliadas de maneira positiva junto ao público alvo do subprograma, principalmente junto aos pequenos e médios produtores, desenvolvendo novas práticas produtivas e agregar valor à carne produzida no Estado sem aumento do desmatamento.

Da mesma forma grupos como o Soft Commodities Forum, que reúne *traders* de soja, definiu áreas prioritárias no Cerrado brasileiro para atuar (inclusive em Mato Grosso) com a intenção de fomentar a produção de soja responsável. Sinergias com a atuação do Programa REM MT foram identificadas de modo a fomentar o mercado para o produto sem desmatamento. A PCI também tem engajado a própria RTRS, mesa redonda global de soja responsável, nas ações sendo desenvolvidas em Mato Grosso.

Em relação ao manejo florestal, houve inúmeras reuniões com a equipe da SEMA, FUNBIO e CIPEM para definir a melhor estratégia para execução desse eixo, que tem o objetivo de fortalecimento da cadeia de custódia como um todo em Mato Grosso.

Uma parceria entre CIPEM e IDH resultou em uma consultoria, que estudou as garantias que o sistema estadual de controle da madeira, o SISFLORA oferece em comparação com *standards* internacionais. A intenção do Programa REM MT, em acordo com o setor e a SEMA é construir a partir daí os investimentos necessários para dar segurança ao sistema produtivo e ao mercado.

Além dos investimentos no Sistema, pretende-se na primeira fase focar na capacitação de técnicos, detentores das áreas, equipes de exploração sobre melhores práticas na exploração das áreas de manejo. O curso se estenderá para além das aulas teóricas a fim de acompanhar as equipes inscritas na execução do manejo. O objetivo é apoiar o aperfeiçoamento do processo de extração para depois divulgar aquelas que estiverem trabalhando dentro dos requisitos das melhores práticas. Outra capacitação prevê o aperfeiçoamento dos técnicos da SEMA para identificação botânica das principais espécies florestais da Amazônia e Cerrado como medida de diminuir erros nas análises dos processos.

Adicionalmente às ações de capacitação, os técnicos da SEMA tem participado de discussões nacionais, e construído junto ao CIPEM medidas para aperfeiçoar a rastreabilidade da madeira e formas de valorizá-la no mercado. A evolução do SISFLORA, chamada de SISFLORA 2.0 já está prevista para funcionar no ano de 2020, embora ainda esteja em processo de construção e precise de ajustes.

Além disso, uma das prioridades do setor é transformar os processos de campo de coleta de informações do manejo em processos eletrônicos, evitando assim os erros na implementação dos planos.

A SEMA também tem participado da Comissão de Estudo Especial de Manejo Florestal – ABNT/CEE-103 referente ao Projeto de Revisão ABNT NBR 15789 (Manejo florestal sustentável — Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas). O objetivo é garantir que o manejo florestal sustentável de florestas nativas e plantadas, seja reconhecido internacionalmente no cenário econômico, social e ambiental com a certificação do processo de manejo florestal.



Figura 13: Reunião entre técnicos de diferentes setores da SEMA na discussão da execução do eixo do manejo florestal

### 3.5 Subprograma de Fortalecimento Institucional

O Programa de Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas é executado pela modalidade de execução direta e sua implantação, e consequentes avanços, está diretamente associado a capacidade de execução do FUNBIO. Ainda que tenha havido um descompasso entre o cronograma do programa e a execução financeira, o REM MT no segundo semestre de 2019 se debruçou sobre debates internos com e nas organizações executoras e subexecutoras com o objetivo de orientar seus esforços ao objetivo maior do Programa REM MT, o combate ao desmatamento ilegal.

Em relação à Política de Mudanças Climáticas, mais especificamente quanto elaboração dos *Planos Estadual e Setoriais de Mudanças Climáticas* e a elaboração do *Relatório do Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas* ainda é necessário aguardar a finalização de produtos contratados no âmbito do *Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso*, financiado pelo *Green Climate Fund* (GCF – Janela A: Estudo da vulnerabilidade climática presente e futura da produção agrícola para soja, milho, algodão e pecuária de corte, no Estado do Mato Grosso). Para a produção do *Relatório do Plano Estadual de Mitigação às Mudanças Climáticas* é preciso aguardar produtos contratados no âmbito do *Projeto Trajetórias de Descarbonização* (Inventário de Emissões de GEE e Catálogo de ações de mitigação). Ambos produtos têm data final para entrega 2021. A elaboração e validação do sistema de Contabilidade Estadual de Carbono aguarda uma previsão legal federal que estabeleça a possibilidade de transferência de créditos de reduções de emissões no âmbito do acordo de Paris ou no mercado brasileiro de reduções.

No segundo semestre de 2019 foram realizadas duas reuniões do Conselho Gestor de REDD+ e duas reuniões do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas (FMMC). As reuniões do FMMC trataram de temas relacionados à mudança do clima, com a participação de pesquisadores na capacitação dos membros do Fórum. As reuniões de capacitação de 2019 foram custeadas pelo projeto *Valorizando as Florestas de Mato Grosso* (GCF/Janela A).

Na SEMA, a contratação da Plataforma de monitoramento do desmatamento por meio de imagens de satélite motivou uma série de mudanças na rotina de trabalho. A partir do mapeamento de fluxos e processos envolvidos no combate do desmatamento e na responsabilização de infratores, foi elaborado, de forma participativa, um plano de ação. Foram duas etapas, sendo uma interna à SEMA

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

e outra entre os diferentes parceiros (SEMA e seus diferentes setores, BPMPA, MPE, Comitê do Fogo e BEA). O alinhamento da nova estratégia de ação foi delicado com o BPMPA e ainda precisa de ajustes, mas aos poucos a alta gestão dos parceiros envolvidos vem incorporando as mudanças.



Figura 14: Reunião entre diferentes setores da SEMA para construção do plano de ação ao combate do desmatamento ilegal e responsabilização de infratores. Destaque para a presença do Secretário Alex Marega e do promotor Marcelo Caetano Vacchiano do MPE na abertura



Figura 15: Alinhamento inter-institucional para construção de plano de ação coletivo ao combate do desmatamento ilegal e responsabilização de infratores

Identificada a necessidade, foi criada na SEMA, a Gerência de Planejamento de Fiscalização e Combate ao Desmatamento, que em sua concepção tem sala específica para atuar conjuntamente com as demais organizações envolvidas no combate ao desmatamento, a chamada sala de situação.



Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

A sala de situação é uma estrutura moderna e bem equipada, foi financiada pela parceria do MPE (compensação de infrações ambientais) e Programa REM. O novo ritmo de trabalho trouxe renovação de ânimos à equipe e novas perspectivas de atuação conjunta.

Com as informações oferecidas pelo serviço contratado o planejamento das operações mudou, e os resultados deixaram de ser, tão somente, punitivos, para se tornar eminentemente preventivos. Isso foi possível pelo trabalho de inteligência da equipe da Gerência em utilizar os padrões de início de desmatamento registrados nas imagens de satélite e imediatamente agir para que o dano ambiental seja paralisado. Surgiram ações de diferentes escopos, notificação via telefone, atuação por imagem de satélite e as corriqueiras ações em campo por terra e ar, tornaram-se muito mais estratégicas.

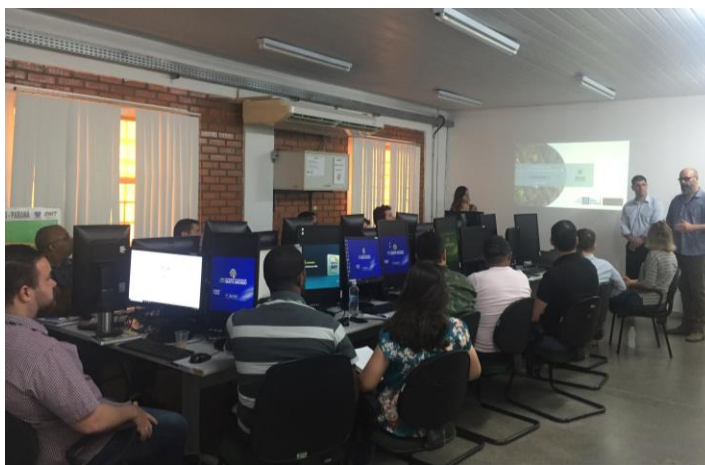


Figura 16: Treinamento para operacionalização da Plataforma de Monitoramento do Desmatamento Ilegal.

O sistema também foi muito utilizado pelo Comitê do Fogo e pelo Batalhão de Emergência Ambientais (BEA) no planejamento, ações de combate e monitoramento dos incêndios florestais. Durante o período de estiagem em 2019, os incêndios florestais se alastraram devido à seca prolongada. O apoio do Programa REM com equipamentos, veículos e diárias foi definitivo na atuação do Batalhão durante a operação ABAFA teve como objetivo monitorar, fiscalizar e prevenir queimas controladas ilegais e os incêndios florestais, aconteceu na região Amazônia (médio norte e extremo norte do estado) e Araguaia (a nordeste do estado), de julho a setembro. Ao longo de todo período de seca o Batalhão atuou em 39 municípios e 11 unidades de conservação estadual receberam ações preventivas e de respostas por meio de 43 instrumentos atuando diretamente na prevenção ativa e combate aos incêndios florestais. Destacamos que dentre os municípios atendidos, 47% pertence ao bioma cerrado, 39% do bioma amazônico e 8% do pantanal.



Figura 17: Batalhão de Emergências Ambientais atuando no combate aos incêndios florestais durante o período proibitivo

Os procedimentos pós notificação também foram ajustados e hoje, em tempo apropriado, o MPE recebe todas as autuações da SEMA para abrir ações civis e criminais. O MPE em seu planejamento interno executou ações de capacitação e também uma reunião em outubro de internalização do Programa REM com os promotores de bacias a fim de envolvê-los na execução do Programa e atualizar seus procedimentos. Abaixo o gráfico extraído da plataforma, adquirida no âmbito do Programa REM MT, com o quantitativo de alertas emitidos no período.

Gráfico 2: Histórico de Alerta de Corte Raso Semanal (área em Km<sup>2</sup>)



Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019



Figura 18: Reunião entre as promotorias estaduais de bacias, no SESC Arsenal - Poconé - MT.

A eficiência alcançada em atingir a identificação dos infratores, desencadeou a necessidade do aprimoramento dos processos para a responsabilização administrativa dos infratores. Definido no plano de ação, a Superintendência de Gestão de Processos Administrativos passou a discutir a aquisição de um sistema para digitalização dos processos e contratação de técnicos a fim de dar vazão a nova demanda de forma eficiente e célere. A previsão é que até o fim de fevereiro o processo licitatório seja iniciado



Figura 19: Reunião interinstitucional promovida pelo MPE para aperfeiçoamento na produção de provas, Cuiabá - MT.

O Programa também avançou nos debates para apoiar a política de conservação e restauração de ecossistemas, além da política florestal. A SEMA, responsável por esse trabalho por meio da Coordenadoria de Conservação e Restauração de Ecossistemas, avançou na construção do Mapa de Vegetação Nativa de Mato Grosso, com a realização de viagens de campo com a finalidade de identificação de tipologias e levantamento botânico, digitalização de 36 cartas de vegetação e elaboração de relatório de Cartas de vegetação de 1:250.000. Durante o período definiu-se também uma lista preliminar contendo 68 espécies da flora ameaçadas de extinção. São 05 espécies criticamente em perigo (CR), 28 em perigo (EN) e 35 vulneráveis (VU). Entre as EN estão o pau-rosa (Aniba rosaeodora) e a canela (Ocotea odorifera). As VU incluem itaúba (Mezilaurus itauba), castanheira (Bertholletia excelsa), mogno (Swietenia macrophylla), cerejeira (Amburana acreana),

cedro (*Cedrela odorata*) cedrinho (*C. fissilis*), angelim (*Hymenolobium excelsum*), garapeira (*Apuleia leiocarpa*). Desse total de espécies VU, com exceção da castanheira e o mogno que são proibidas de corte em MT, as demais as seis citadas são exploradas em planos de manejo e informações como essa tendem a nortear o estabelecimento de normativas para tal.

Quanto ao Plano de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros, estabeleceu-se que o procedimento é declaratório, baseado na Lei 12.651/2012. Os procedimentos foram estabelecidos e até a data do relatório duas organizações haviam requerido. Na política da sociobiodiversidade foi retomada a discussão sobre a Câmara Setorial da Sociobiodiversidade (CSS/MT), no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS/MT). Foram definidas como ações: a) propor a revogação da Resolução CDA nº 20/2009 diante do pleno do colegiado, b) justificar a importância de criação da CSS/MT sob o ponto de vista ambiental, social e econômico, c) propor minuta de criação da CSS/MT, d) publicar no CERDS/MT nova Resolução de criação da CSS/MT, e) realizar reuniões visando a proposição e execução de ações que subsidiem o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha-do-Brasil, babaçu, pequi e cumbaru, e f) organizar Câmaras Técnicas Regionalizadas para cadeias produtivas/e de valor de PFNM.

#### **4. Avanços da gestão e governança do Programa**

O início do segundo semestre de 2019 foi marcado pelo empenho da equipe do GCP – REM em executar as demandas de aquisições de bens e contratações de serviços e consultorias demandados pelos inúmeros parceiros (subexecutoras). Com o tempo tomado pela rotina das aquisições, a consequência na gestão do trabalho foi especialmente a dificuldade em manter a sistemática de planejamento e monitoramento dos subprogramas.

A retomada das ações de planejamento e monitoramento de forma geral ocorreu a partir da oficina de planejamento estratégico, realizada de 15 a 17 de outubro de 2019, em Cuiabá onde foram contextualizadas e detalhadas as estratégias de implementação das ações previstas no segundo PDI, evidenciando seu encadeamento lógico e correspondências com os resultados almejados. Na oficina foram repactuados o planejamento estratégico, os resultados e as ações do Programa, além de elaboração uma proposta de cronograma geral e foco regional das ações. É importante ressaltar que, durante a oficina, as estratégias de implementação foram debatidas de forma ampliada, contemplando também ações necessárias de articulação e mobilização dos atores envolvidos, que envolvem o trabalho das equipes de coordenação do Programa REM e das instituições subexecutoras para o primeiro PDI, enquanto que para o segundo PDI foram contempladas as ações que efetivamente demandam desembolsos.



Figura 20: Oficina de Planejamento Estratégico

Outra ação orientada para a melhoria da gestão do programa REM MT foi a realização da oficina do MEL promovida pelo BEIS, nos dias 04 e 05 de novembro com a participação da representante da embaixada do Reino Unido, Katerina Elias-Trostmann e contribuiu para os esclarecimentos necessários para a elaboração desta ferramenta. O reforço da equipe com dois profissionais de carreira com habilidades de gestor governamental também foram fatores que impulsionaram essas atividades.

O início da construção do marco lógico do Programa REM MT, junto com a equipe da empresa de consultoria internacional trouxe novas bases para subsidiar o sistema de monitoramento do programa (GPWeb) com informações que, até final de fevereiro de 2020, devem estar inseridas no software e internalizadas na rotina do GCP REM MT.

Outro aspecto relevante ao tema da gestão foi o início da capacitação continuada de três membros do GCP REM MT em Gestão de Programas e Projetos, pela UFMT, sendo que dois em curso de média duração e a coordenadora geral em pós-graduação *lato sensu* sobre o tema.

Deste modo espera-se que ao longo do ano de 2020, a equipe do GCP REM MT passe a atuar de forma mais sistemática, focada na gestão do Programa REM MT e monitoramento dos seus principais marcos e entregas.

#### **4.1 Comunicação**

A comunicação com a sociedade vem ocorrendo pelo próprio site da SEMA e das outras secretarias do estado envolvidas no Programa REM MT, pelo Facebook da SEMA e por outros sites de notícias locais. Além da realização de reuniões do FMMC e do Conselho Gestor de REDD+. Para a comunicação entre os subexecutores foi mantido o informativo quinzenal a fim de divulgar os principais avanços.

Como apresentado nas atualizações do plano de trabalho, enviados bimestralmente ao KfW, a SEMA segue envidando seus maiores esforços de modo a conseguir um profissional do Estado junto a equipe de coordenação do Programa REM MT. Em complemento a essa ação também está previsto a contratação de um profissional de comunicação na contratação da empresa de fornecimento de Recursos Humanos.

#### **4.2. Consultoria Internacional**

No período deste relatório foram concluídas todas as etapas para a contratação da equipe da Consultoria Internacional. O longo processo exigiu uma série de ações coordenadas entre o GCP REM, o FUNBIO e o KfW, que emitiu Não Objeção a todas as etapas da contratação. Foram recebidas quatro propostas que foram analisadas pelo comitê instituído para esse fim, composto por dois membros da SEMA MT e um do FUNBIO.

Após as análises das propostas, as notas foram enviadas para a consultora contratada pelo KfW, a senhora Christiane Kunze. As notas dos diferentes avaliadores foram registradas em planilha de *Excel*, enviadas e “calibradas” com a avaliação da Consultora. Uma vez definidas as notas, as propostas financeiras foram abertas, tendo a empresa GOPA como vencedora da seleção.

Após essa etapa foi realizada uma rodada de negociação do contrato com a empresa vencedora. A empresa iniciou os trabalhos na primeira quinzena de novembro e vem contribuindo na adequação dos documentos e relatoria para o KfW. Os consultores iniciaram as atividades em 25 de novembro de 2019.

Esse período inicial do contrato se caracterizou pela ambientação da equipe, atualização do plano de trabalho e a participação em diversas reuniões com as subexecutoras contribuindo de maneira pontual nos temas dos subprogramas do Programa REM MT. Os consultores contribuíram na revisão do Termo de Referência para a contratação da empresa de comunicação apresentado, que ainda carecem de ajustes para publicação e contratação.

Em paralelo a Consultoria iniciou a revisão do Plano de Trabalho e do MEL do Programa REM MT, com previsão de entrega para fevereiro de 2020.

### **5. Desafios na implementação do Programa**

#### **a) Desafios Gerais do Grupo de Coordenação**

Com o início da operacionalização do Programa a partir de junho de 2019, o cronograma de execução foi impactado, contribuíram para que o cronograma precisasse passar por revisão e exigindo de todos empenho dobrado para minimizar a situação.

O início do semestre é marcado pelo período de aprendizagem na utilização do Sistema Cérebro 2.0 e nos procedimentos de aquisição de bens e contratação de serviços e consultorias. A Gerencia do Programa a fim de facilitar o processo, tomou como rotina visitar o GCP REM, em caráter de rodízio semanal, para estar com a equipe de coordenação durante três semanas de cada mês, por cerca de cinco meses, fato que colaborou no andamento.

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

As visitas da equipe da gerência do FUNBIO buscam dirimir os pontos mais sensíveis nos fluxos de execução e comunicação, porém o ano termina com fluxos truncados nos processos de compras, ainda que o gerente do programa se empenhe cotidianamente em gerar soluções. O grupo de coordenação tem investido muita energia para suprir a ausência de um colega do FUNBIO junto ao Grupo de Coordenação. Há retrabalho pelo fluxo da informação e pelo *delay* decorrente da distância.

A construção de fluxos de comunicação entre os parceiros ainda padece de ajustes e espera-se que em 2020 com a chegada da equipe de consultoria internacional, serão revistos e adequados os fluxos e procedimentos para que os mesmos sejam mais claros e fluidos.

Adicionalmente, junto aos executores observamos que será preciso desenvolver para o segundo PDI uma forma oficial do planejamento dos investimentos, pois com frequência o GCP REM recebeu pedido de alteração e cancelamento de aquisições em andamento. A recorrência de alterações nas solicitações do Programa REM MT e/ou seu cancelamento após o processo de contratação concluído gera um custo negativo para o projeto, tanto de tempo quanto de recursos financeiros. Há diversos exemplos ocorridos ao longo do semestre dentre os quais pode se destacar o processo de contratação de equipe terceirizada quando, por solicitação da Casa Civil para inclusão de postos de trabalho não previstos anteriormente, resultou no alongamento do prazo previsto inicialmente.

É importante ressaltar que mesmo não seguindo a ordem de prioridades, boa parte das entregas (79%) foram realizadas, como observado no gráfico de execução apresentado neste documento. Embora as entregas do bens solicitados seja considerada um bom indicador de avanço da execução, principalmente no subprograma de Fortalecimento Institucional, a chegada desses bens também suscitou um problema em relação a entrega dos bens. O tema não fora discutido previamente ao início das entregas e quando da elaboração dos Termos de Doação, surgiu a questão legal específica a Mato Grosso que não permite que um bem recém adquirido seja doado para outra autarquia ou Secretaria, desdobrando na necessidade de avaliação legal da doação do FUNBIO para as subexecutoras. Pela distância do GCP REM aos procedimentos burocráticos do FUNBIO a informação sobre esse impeditivo legal foi passada ao FUNBIO após a elaboração dos primeiros Termos de Doação o que gerou a necessidade de construção de novo fluxo sobre a definição dos donatários e ajustes nos sistemas de controle do FUNBIO.

A Capilaridade do Programa e sua capacidade de penetração demanda um planejamento muito bem estruturado e de interface amigável de maneira que facilite sua visualização e compreensão pelos parceiros. Assim, embora tenha havido uma dificuldade inicial do GCP REM MT na compreensão de todas as etapas do Programa REM MT as medições e avaliação dos seus principais marcos caminham para uma sistematização que permita uma maior assertividade nos esforços envidados. O trabalho que vem sendo realizado pelos consultores internacionais vem trabalhando neste aspecto de gestão com a revisão do Marco Lógico e Planos de Trabalho, com previsão para finalização em fevereiro de 2020.

O monitoramento e Avaliação foi um enorme desafio, principalmente, após a capacitação no MEL ofertada pelo BEIS. A diversidade e extensão do programa tornam o desenho final do MEL e sua implementação para o REM um exercício constante. Com a chegada da Consultoria Internacional,

novas contribuições e esclarecimentos foram passados e a previsão para a sua finalização é em fevereiro de 2020.

Adicionalmente, a equipe do GCP REM MT ocupa de modo temporário um espaço cedido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão que não oferece a estrutura de equipamentos, mobiliário e rede interna de dados adequados ao trabalho do grupo. Em dezembro após decisão da Secretária de Meio Ambiente em realocar o Programa na sede da SEMA, iniciou-se o projeto para uma sala mais ampla com infraestrutura necessária para receber os colaboradores atuais e futuros do Programa REM. A previsão é que sala conte com um espaço mais amplo, móveis planejados, sala de reunião e outros equipamentos necessários para o bom funcionamento do programa;

Assim, diante do instigante desafio de implantação de um Programa inovador há a necessidade da construção de uma maior sinergia e interação entre o GCP REM, o FUNBIO e a consultoria Internacional é o objetivo do próximo semestre, principalmente pelo desafio posto para o ano que é finalizar a execução do primeiro PDI e, concomitantemente, executar o segundo PDI.

#### b) Desafios na Construção do Subprograma Territórios Indígenas

Em função do subprograma de Territórios Indígenas ter um sistema de governança próprio por vezes percebe-se algumas ingerências entre os atores envolvidos. No semestre descrito aqui, o exemplo mais marcante refere-se a ação relatada anteriormente, do projeto do GCF, cujo objetivo era apoiar as decisões da Governança indígena referente aos PDI's porém não houve alinhamento dos organizadores e apoiadores com o GCP REM MT e sua coordenação.

A dificuldade da FEPOIMT e da SAI compreender a função da Coordenação do Subprograma também foi um ponto desgastante durante 2019, quando ambas dentro do ambiente da governança, pressionaram para que a função fosse exercida por algum indígena indicado por eles. A demanda recebeu apoio da GIZ que atuou na mediação do caso. Ciente das funções da coordenação do subprograma o GCP REM fez a devolutiva do caso com a negativa, esclarecendo a importância em mantermos servidores concursados nas funções estratégicas da gestão do programa a fim de evitar descontinuidade e a garantia do processo adequado de finalização do Programa. Reforçando o argumento utilizado o ano se encerra com a substituição do Superintendente de Assuntos Indígenas em desalinhamento entre a FEPOIMT e Casa Civil, favorecendo o estreitamento da relação de confiança entre a FEPOIMT e o GCP REM, que passou a ser o porto seguro da FEPOIMT no governo.

A fim de formalizar o entendimento, a proposta é que no primeiro semestre de 2020 aconteça a atualização do MOP para contemplar a prática estabelecida na execução do Programa, dirimindo as possíveis dúvidas existentes sobre os papéis da coordenação geral e de subprograma, secretarias, superintendências, diretoria da FEPOIMT e governança.

#### c) Desafios na implementação do programa por parte do FUNBIO

Com o aumento da execução do Programa REM, principalmente quanto às aquisições previstas no primeiro PDI e, também, em função de aspectos da legislação do Estado de Mato Grosso um grande desafio foi a doação dos bens adquiridos. Como se sabe o Programa REM foi inserido no sistema Cérebro 2.0 com os subprogramas respeitando a Estratégia de Repartição de Benefícios. Isto significa que, para o controle da execução financeira os 40% referentes ao Fortalecimento



Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

Institucional e Políticas Públicas foi dividido como SEMA 1º PDI, SEAF Geral 1º PDI, SEDEC Geral 1º PDI. Porém, dentro do subprojeto “SEMA 1º PDI” existem outras subexecutoras como a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público, por exemplo. Assim, a solicitação de um bem neste subprojeto pode ter um donatário que não a SEMA.

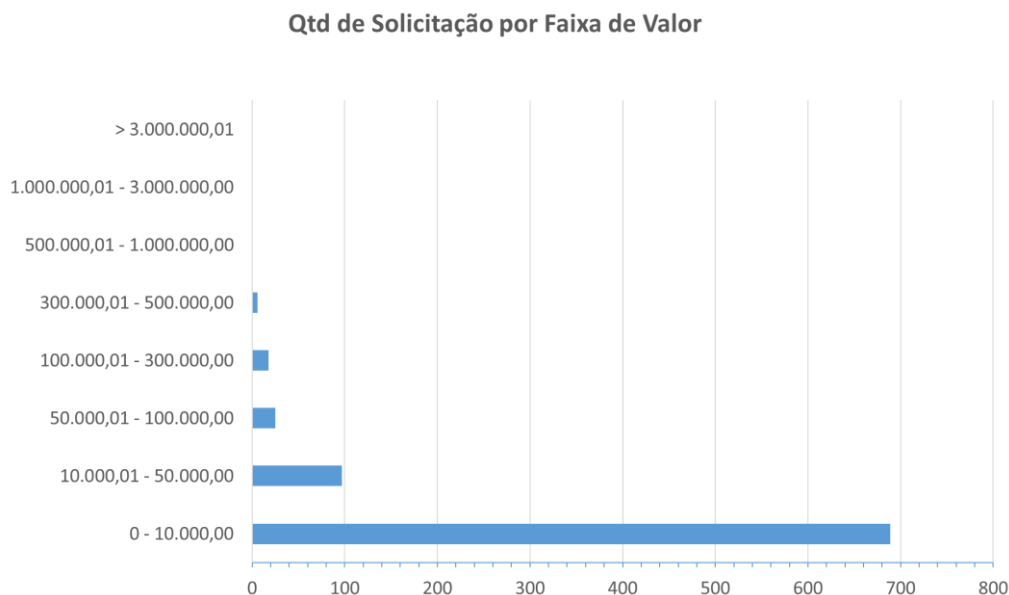
Deste modo, pode haver uma solicitação de uma subexecutora (SEMA 1º PDI, por exemplo) , mas que o bem adquirido será para o Ministério Público. Assim como uma solicitação de bem no POA da SEDEC ou da SEAF, podem ser adquiridos para a EMPAER. Resumindo, se um bem é solicitado no POA da SEMA, o sistema gera um registro de que aquele bem será doado para a SEMA, e assim sucessivamente.

Por um aspecto legal próprio de Mato Grosso, se um bem é tombado (ou patrimoniado) pela SEMA, ele somente poderá ser doado para outra secretaria ou empresa pública após três anos ou deveria ser feita uma cessão onerosa. Isso inviabilizaria o uso desse equipamento e impactaria de maneira negativa o Programa REM. Assim, como medida paliativa está havendo um controle manual dos donatários dos bens adquiridos enquanto o FUNBIO desenvolve uma solução para que o donatário seja identificado no momento da solicitação do insumo.

Como consequência desta questão outro desafio é a elaboração dos Termos de Doação na periodicidade que é exigida, principalmente, em função do volume de aquisições. Deste modo o FUNBIO desenhou em novembro uma proposta de fluxo para que, semanalmente, cheguem os Termos de Doação à SEMA, que é responsável pela distribuição destes as subexecutoras para coletar as assinaturas necessárias e publicação no Diário Oficial do Estado.

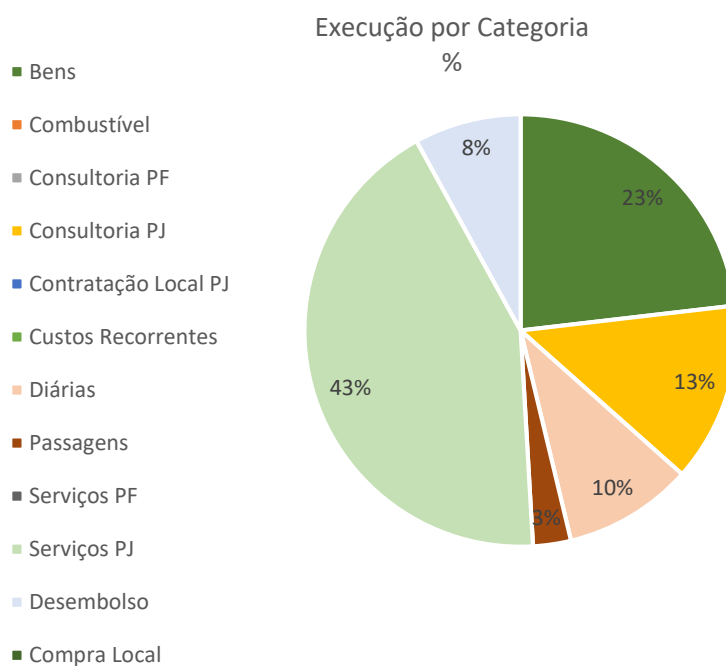
Outro desafio na execução do programa foi o grande número de solicitações de baixo valor, caracterizado, principalmente por diárias e pequenas aquisições. Como pode ser observado no gráfico abaixo, a grande maioria das solicitações foram abaixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o que, inevitavelmente, impacta sobremaneira o setor de Aquisições e Logística do FUNBIO impondo um ritmo de trabalho que não se traduz em grandes avanços.

Gráfico 3: quantidade de solicitações realizadas no Sistema Cérebro 2.0.



Analisando os números apresentados com base na classificação das “categorias de gastos” pode se observar no gráfico abaixo que 10% (dez por cento) das solicitações de valor abaixo de R\$ 10.000,00 são referentes a “diárias de campo”. “Serviços PJ” representam a maior parte da execução, atingindo 36% seguido por “bens” com 23%.

Gráfico 4: Execução por categoria de gastos



Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

O grande volume dessas solicitações exige uma grande coordenação entre as subexecutoras de modo que o FUNBIO possa planejar junto ao seu setor de Aquisições e Logística estratégias para atender a essa demanda. A guisa de exemplo foi observado durante o período descrito neste documento que solicitações de um mesmo item (laptops, por exemplo) aconteciam para uma subexecutora e duas semanas depois eram solicitados para outra subexecutora. Tal fato faz com que sigam dois processos de aquisição distintos enquanto o FUNBIO poderia realizar a aquisição de todos os esses bens de maneira integrada, ganhando em escala e preço e evitando, dessa maneira, retrabalho da equipe envolvida. Mesmo assim o FUNBIO conseguiu atender a 79% das solicitações realizadas como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1: Solicitações realizadas no período

Subprograma	Total Solicitado	Nº Solicitações	Nº Solicitações Atendidas	Nº Solicitações Não Atendidas	% a Cumprir
Agricultura Familiar	2.331.658,91	116	55	61	53%
Territórios Indígenas	150.435,75	17	16	1	6%
Produção Sustentável	1.390.215,32	30	26	4	13%
Fortalecimento Institucional	16.028.893,48	675	567	108	16%
<b>Total</b>	<b>19.901.203,46</b>	<b>838</b>	<b>664</b>	<b>174</b>	<b>21%</b>

Como proposta de solução para essa situação é, quando do planejamento do segundo PDI, propor que as subexecutoras planejem suas aquisições de maneira que as solicitações de bens similares sejam feitas ao mesmo tempo.

## 6. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas

No segundo semestre de 2019 foi desenvolvido pelo FUNBIO um relatório de acompanhamento execução financeira que é apresentado ao GCP REM MT mensalmente. O relatório apresenta o monitoramento da execução financeira por subprograma, até o nível dos eixos de cada subprograma e por despesa elegível. Traz ainda a atualização do Valor Real em relação ao Valor Planejado, o que auxilia no monitoramento dos percentuais definidos pela ERB bem como do saldo do Programa REM como um todo.

Importante ressaltar que os números apresentados no relatório se referem aos valores planejados e inseridos no sistema Cérebro e não consideram, portanto, a variação cambial e os rendimentos líquidos dos recursos aportados.

Porém o relatório consegue qualificar diversas informações que auxiliam a mapear alguns problemas de execução apresentados neste relatório (como o grande número de solicitações de baixo valor). Esse indicador auxilia ao FUNBIO em pensar em uma outra estratégia de execução que busca coordenar a previsão das aquisições junto as subexecutoras e comungar esforços para adquirir os bens de maneira integrada.

A finalização do Marco Lógico, prevista para o mês de fevereiro, pela empresa de Consultoria Internacional também norteará a inserção dessa ferramenta de monitoramento no Sistema GP Web pelo GCP REM MT e contribuirá para a consolidação do instrumental de monitoramento.

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

Outro assunto que merece destaque foi a realização da oficina para esclarecimentos do MEL e as contribuições da empresa de Consultoria Internacional. A previsão para a consolidação do documento é também para fevereiro de 2020.

**ANEXO 1 – CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO JUL-DEZ 2019**

<b>Atividades realizadas Equipe REM MT - Julho e Agosto/2019</b>	<b>Data</b>
1 - Reunião com a SEMA para apresentação da nova equipe do FUNBIO responsável pela condução do Programa REM (30 de Julho)	30/jul
2 - Envio do Relatório Semestral Jul - Dez/2018	31/jul
3 - Evento para definição da Governança Indígena com a Equipe da GIZ (01 - 03/08/2019)	01 - 03/ago
4 - Abertura e avaliação das propostas para contratação da Consultoria Inetrnacional e harmonização das notas com KfW (15 e 16/08)	05 - 7/08/2019
5 - Envio para NO do KfW: PAAC; Mecanismo Pequenos Gastos (Compra e Contratação Local); Saída do GCP do fluxo aprovação solicitações - até 30 mil; Apólice de seguro Santiago e Cintra; Modelo de Relatório de Processo (Relatório Financeiro); Contrato de apoio direto (desembolso) à TdR e quadro avaliação consultor estratégico FEPOIMT; Caminhão Tanque	Primeira quinzena de Agosto
6 - Reunião com Santiago e Cintra (empresa de Sensoriamento Remoto e sistema de Alerta de Desmatamento)	16/08/2019
7 - Intercâmbio com projetos para Pequenos Produtores Rurais, Populações Tradicionais e Povo Indígenas apoiados pela GIZ. \DGM	21 - 23/08
8 - Início da execução do Mecanismos de Pequenos Gastos.	26/08/2019
9 - Envio do Relatório Anual para o KfW	30/08/2019
<b>Atividades realizadas Equipe REM MT - Setembro/2019</b>	<b>Data</b>
1 - Ida do gerente do projeto para planejamento das ações do mês de setembro junto à SEMA/MT	01/09/2019
2 - Apoio do FUNBIO à SEMA na elaboração do TdR para a Terceirização da equipe de Apoio SEMA/MT. Construção da Memória de Cálculo	01/09/2019 25/09/2019
3 – NO para a Execução do Projeto de Apoio a FEPOIMT pelo ICV	13/09/2019
4 - Recebimento da N.O para Negociação de Contrato com a Consultoria Internacional	
5 - Reunião para negociação de contrato da Consultoria Internacional	24/11/2019
6 - Desenvolvimento de proposta de relatório financeiro para ser enviado a SEMA mensalmente	Ao longo do mês
7 - Reunião de governança do Subprograma Indígena para apresentação do MOP	
<b>Atividades realizadas Equipe REM MT - Outubro/2019</b>	<b>Data</b>
1 - Capacitação do ICV para execução do projeto de apoio a consolidação da FEPOIMT	02/10/2019
2 – Assinatura do contrato de apoio a ICV para o projeto de apoio a FEPOIMT	03/10/2019
2 - Apresentação a SEMA do relatório financeiro e envio mensalmente aos parceiros	03/10/2019
3 - Oficina de Planejamento Estratégico	15 – 17/10/2019
4 - Reunião para atualização do SGRSA	04/10/2019
5 - Reunião da Governança Indígena	18/10/2019
6 - Envio do Resumo Executivo do MOP e da ERB para KfW	30/10/2019

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

7 - Negociação do Contrato com a GOPA e recebimento da NO	31/10/2019
<b>Atividades realizadas Equipe REM MT - Novembro/2019</b>	<b>Data</b>
1 - Oficina ofertada pelo BEIS para capacitação no MEL	04 - 05/11/2019
2 - Oficina para Técnicos da EMPAER para tratar dos mecanismos de pequenos gastos e cartões	01 e 07/11
3 - Capacitação dos técnicos da SEMA sobre o uso do sistema de sensoriamento remoto	27 a 29/11
4 - Reunião do FUNBIO com técnicos da EMPAER para planejamento das ações do subprograma de Agricultura familiar	27/11/2019
5 - Reunião conselho diretor, com a participação do FUNBIO, da PCI e apresentação de suas metas e resultados ao governo,	25/11/2019
6 - Início dos trabalhos da Consultoria Internacional	25/11/2019
7 - Reunião FUNBIO, ICV e FEPOIMT sobre o andamento do projeto de fortalecimento da FEPOIMT	26/11/2019
<b>Atividades realizadas Equipe REM MT - Dezembro/2019</b>	<b>Data</b>
1. Solicitação do pedido de desembolso para o 2o PDI;	05/12/2019
2. Capacitação da EMPAER em Juína	3 – 6/12/2019
3. 2o Desembolso do KfW	18/12/2019

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso  
Período julho de 2019 a dezembro de 2019

ANEXO 5 – Principais Contato da Equipe REM

<b>Grupo de Coordenação do REM</b>				
<b>Secretaria</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Email</b>	<b>Telefone</b>
SEMA	Ligia Nara Vendramin	Coordenadora do Programa REM	<a href="mailto:ligiavendramin@sema.mt.gov.br">ligiavendramin@sema.mt.gov.br</a>	65 98116-9045
SEMA	Fellipe Santanna	Coord. de Subprograma	<a href="mailto:fellipesantanna@sema.mt.gov.br">fellipesantanna@sema.mt.gov.br</a>	65 996871885
SEMA	Mauricio Philipp	Coordenador de Mudanças Climáticas		
SEMA	Glauca Drielly	Estagiaria	<a href="mailto:glauciadrielly65@gmail.com">glauciadrielly65@gmail.com</a>	
PCI	Fernando Sampaio	Coord. Adjunto/ Diretor PCI	<a href="mailto:diretor.pci@gmail.com">diretor.pci@gmail.com</a>	65 999119301
EMPAER	Marcos Paulo Balbino	Apoio Subprograma Agricultura Familiar	<a href="mailto:marcospauloab@gmail.com">marcospauloab@gmail.com</a>	66 996016933
EMPAER	Daniela Melo	Coord. do Subprograma	<a href="mailto:danielamelo@empaer.mt.gov.br">danielamelo@empaer.mt.gov.br</a>	65 992335123
SEAF	Leonardo Vivaldine	Coord. de Subprograma Agricultura Familiar	<a href="mailto:leonardosantos@seaf.mt.gov.br">leonardosantos@seaf.mt.gov.br</a>	65 981615583
SEPLAG	Edna Sampaio	Apoio Subprograma Território Indígena	<a href="mailto:oiednaluz3@gmail.com">oiednaluz3@gmail.com</a>	65 999970420
Grupo de Trabalho			<a href="mailto:rem@sema.mt.gov.br">rem@sema.mt.gov.br</a>	
Consultoria Internacional	Bernd	Consultor Líder	<a href="mailto:bernd.mitlewski@gopa.de">bernd.mitlewski@gopa.de</a>	65 99650-1313
Consultoria Internacional	Lêda Luz	Consultora	<a href="mailto:leda.luz@gopa.de">leda.luz@gopa.de</a>	61 99127-3327
Consultoria Internacional	Magaly Medeiros	Consultora	<a href="mailto:magaly.medeiros@gopa.de">magaly.medeiros@gopa.de</a>	68 99985-2518

<b>Gerencia FUNBIO do REM</b>				
<b>Área</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Email</b>	<b>Telefone</b>
Gerência	Ilana Nina	Coordenadora	<a href="mailto:ilana.nina@funbio.org.br">ilana.nina@funbio.org.br</a>	21 2123 2376
Gerência	João Ferraz	Gerente	<a href="mailto:joao.mello@funbio.org.br">joao.mello@funbio.org.br</a>	21 2123 5324
Gerência	Dante Novaes	Analista de Projeto	<a href="mailto:dante.novaes@funbio.org.br">dante.novaes@funbio.org.br</a>	21 2123 5335
Gerência	Mariana Galvão	Assistente de Projetos	<a href="mailto:mariana.galvão@funbio.org.br">mariana.galvão@funbio.org.br</a>	21 2123 5334
Financeiro	Ana Paula França	Analista Financeiro	<a href="mailto:ana.lopes@funbio.org.br">ana.lopes@funbio.org.br</a>	21 2123 5316
Financeiro	Felipe Camelo	Assistente Financeiro	<a href="mailto:felipe.camello@funbio.org.br">felipe.camello@funbio.org.br</a>	21 2123 5396
Assessoria Jurídica	Flávia Neviani	Coordenadora	<a href="mailto:flavia.neviani@funbio.org.br">flavia.neviani@funbio.org.br</a>	21 2123 5354
Aquisições	Fernanda Jacintho	Coordenadora	<a href="mailto:fernanda.jacintho@funbio.org.br">fernanda.jacintho@funbio.org.br</a>	21 2123 5340
Contratos	Suzana Amora	Coordenadora	<a href="mailto:suzana.amos@funbio.org.br">suzana.amos@funbio.org.br</a>	21 2123-5380